



**PODER LEGISLATIVO
DE
BRAGANÇA PAULISTA**

**COMISSÃO DE ASSUNTOS
SOCIOECONÔMICOS (CAS)**

RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 2003

PROF. RÉGIS – Presidente
Dr. GENTIL – Vice-Presidente
FABIANA ALESSANDRI - Membro
LUIZ SPERENDIO – Membro
NICOLA CORTEZ – Membro



Publicação:

Câmara Municipal da Estância de Bragança Paulista
Praça Hafiz Abi Chedid nº 125
12902.900 Bragança Paulista – SP
telefone: (011) 4033.5618
fax: (011) 4033.5643
e-mail: info@camarabp.sp.gov.br
site: www.camarabp.sp.gov.br



PALAVRAS DO PRESIDENTE

Com o propósito de continuar oferecendo a você, cidadão, informações e dados estatísticos sobre a realidade socioeconômica da cidade, a Câmara Municipal da Estância de Bragança Paulista apresenta a edição de 2003 do Relatório de Atividades da Comissão Permanente de Assuntos Socioeconômicos. Esta publicação propõe-se a servir de subsídio aos trabalhos de pesquisa sobre as condições sociais e econômicas da comunidade e à implementação de políticas locais voltadas à constante melhoria da qualidade de vida da população.



CLÓVIS AMARAL GARCIA
Presidente da Câmara

**“QUEM CONHECE MELHOR A REALIDADE
TORNA MAIS SONHOS POSSÍVEIS.”**
(autor desconhecido)



APRESENTAÇÃO

O Relatório de Atividades da Comissão Permanente de Assuntos Socioeconômicos da Câmara Municipal da Estância de Bragança Paulista, na edição de 2003, traz um resumo dos assuntos que se destacaram nos trabalhos da comissão, em sessões mensais realizadas durante o ano:

Dos temas abordados na primeira parte deste documento, destaca-se o trabalho feito com a parceria CIESP/CAS e que resultou num segundo documento encaminhado à Presidência da República, com cópia aos Ministérios, apresentando o resultado da enquete realizada junto à população bragantina, em que são apontadas prioridades para o Brasil e para Bragança Paulista a partir das propostas contempladas na Carta de Bragança, a qual fora encaminhada aos presidentiáveis no período que antecedeu às eleições de 2002.

Na segunda parte do relatório, apresentam-se tabelas com informações sobre Bragança Paulista, disponibilizadas no site da internet www.seade.gov.br, além de dados fornecidos por escrito pelo Banco Central do Brasil, pelo Sistema de Informações Estratégicas da Secretaria de Estado de Relações do Trabalho (SERT/SP), pela Prefeitura Municipal da Estância de Bragança Paulista e por outras instituições públicas e privadas.

O principal objetivo deste trabalho é oferecer condições para a definição de políticas de superação de entraves, criando um ambiente de confiança para a implementação de ações em prol da melhoria da qualidade de vida dos cidadãos

No final desta publicação, apresentamos uma relação das instituições públicas e privadas, que prestaram enorme contribuição para que este trabalho fosse possível. A elas, registramos os nossos sinceros agradecimentos, especialmente ao Sr. Paulo César Maciel de Oliveira, Diretor do CIESP/Regional de Bragança Paulista, membro colaborador desta comissão.



PROF. RÉGIS
Presidente da Comissão



PARTE 1

TEMAS EM DESTAQUE NO ANO DE 2003



1.1 DESDOBRAMENTO DA CARTA DE BRAGANÇA

Durante o ano de 2003, por proposta apresentada pelo Sr. Paulo César Maciel de Oliveira, Diretor do CIESP/Regional de Bragança Paulista e membro colaborador da comissão, foi dada ênfase à parceria CAS/CIESP no trabalho de desdobramento da Carta de Bragança para os quatro anos de mandato do Presidente da República Federativa do Brasil, com o objetivo de que, no decorrer do governo, itens considerados relevantes para a cidade sejam contemplados e implementados.

Segundo o Diretor do CIESP, é o momento de a cidade lutar pelo espaço regional de uma forma mais contundente, através das agências de desenvolvimento, agências de turismo, da agroindústria, porque a região assim o comporta por se localizar entre as quatro regiões e as três grandes capitais brasileiras onde se concentram mais de cinquenta por cento do PIB brasileiro.

Sob o questionamento do porquê deixar Bragança Paulista crescer ao acaso, do porquê não dirigir o seu comportamento, avaliou que, por menor que seja a contribuição nessa direção, ela tem de ser oferecida.

Com essa introdução, justificou a sua proposta e defendeu a mobilização de todos, sociedade civil e lideranças locais, para que participem e dêem a sua opinião sobre aquilo que entendem como prioridade para Bragança Paulista nas diversas áreas, pois o seu desejo é ser um contribuinte efetivo e promover a abertura através de propostas e debates.

Como objetivo final, registrou a intenção de dirigir uma segunda carta ao governo federal, apontando aquilo que era conveniente para Bragança e para o Brasil.

“Muitas vezes um trabalho de mudar a ordem das coisas nos deixa frustrados, deprimidos, nos expõe a riscos, nos deixa expostos a críticas. Mas, nada como sentir depois o sabor dos passos de avanços que esta cidade precisa, porque ela tem reservas naturais fantásticas que devem ser tratadas com zelo.” **Paulo César Maciel de Oliveira**, Diretor Titular do CIESP/Regional de Bragança Paulista e membro colaborador da CAS..

O Sr. Paulo César enfatizou que a sua proposta é insistir junto ao governo federal em favor das prioridades – prioridades essas, salientou, entendidas como tal pela população, independente do volume de participação dela.

O Diretor do CIESP fez uma retrospectiva do trabalho que culminou em um documento oficial da Câmara, encaminhado na época aos candidatos à presidência da República: A CARTA DE BRAGANÇA – editada com a participação efetiva da sociedade civil organizada durante o ano de dois mil e dois, em um trabalho de parceria entre a Comissão de Assuntos Socioeconômicos da Câmara Municipal e o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP) Regional de Bragança Paulista. Dessa exposição, participaram instituições educacionais,



religiosas e assistenciais, lideranças políticas, setor rural e concessionárias de serviços públicos. Sobre essa participação, o Sr. Paulo César declarou: “Vocês são uma força, desde a área educacional – como a Universidade São Francisco, que aqui faz representar milhares de estudantes – e nós poderemos, com certeza, disseminar esse trabalho e marcar lá no expediente do governo que a cidade de Bragança Paulista participou com propostas, participou do acompanhamento do plano de governo que ora está sendo cumprido pelo Sr. Luiz Inácio Lula da Silva.”

Sobre a Carta de Bragança, expôs que ela se divide em duas partes: uma refletindo a opinião da população sobre o que ela entende como importante a cidade receber no governo Lula e, outra, o que Bragança Paulista vê de importante para o Brasil, quais os pontos mais importantes e o que o cidadão de Bragança Paulista entende a que o governo Lula deve dar maior atenção dentro dos itens atividade econômica, emprego e renda, inclusão social, educação, cultura e esporte, turismo, saúde, reformas (fiscal, tributária e institucional), comércio exterior, infra-estrutura, ciência e tecnologia e meio ambiente.

Ao justificar o trabalho, afirmou que há a esperança de que a opinião nele refletida chegue ao governo e seja levada em consideração. “Nós temos firmeza de propósito de que Bragança tem opinião própria e pode interferir em planos de governo” – registrou. Apontou a Carta de Bragança como um documento oficial que a cidade levava às mãos do senhor Lula antes de ele se eleger presidente, e que dava à cidade o direito, por força do recebimento acusado pela equipe do novo presidente, de dar continuidade à discussão.

Sobre a importância da presença dos convidados, destacou como objetivo do trabalho a organização de prioridades mediante a leitura da Carta de Bragança, para que a sociedade tome conhecimento do conteúdo daquele documento e possa votar prioridades, que ao final seriam relacionadas e encaminhadas ao governo federal.

Nesse contexto, sob a consideração de Bragança Paulista ser um pólo regional, questionou: por que não ter uma agência de fomento ao crédito? Por que não ter programas de desenvolvimento e institutos técnicos profissionalizantes? Por que não ter a cidade envolvida no cenário eletrônico? - setor considerado no Brasil um dos maiores pesos no déficit da balança comercial.

Na parte de inclusão social, destacou a proposta de buscar apoio aos programas que a cidade já vem desenvolvendo e partilhar todas as negociações internacionais que são feitas. “Nós queremos mais detalhes. Nós queremos que, se existem programas sociais, a gente possa deles participar” – registrou o Sr. Paulo César, mencionando algumas das propostas relacionadas no item educação da Carta de Bragança. Nas áreas de cultura e esporte, enfatizou que as propostas inseridas no documento procuraram chamar a atenção para os programas culturais bragantinos, como a Sociedade Sinfônica, a Associação dos Escritores e outros. Na área de turismo, deu ênfase à proposta de inserção do município bragantino no contexto de divulgação do turismo deste país, oficialmente, criando um Banco de Turismo do Brasil. Na área de saúde, relacionou as propostas de inserir o município nos programas de estudo e pesquisa continuada, de sediar



uma agência regional de desenvolvimento da saúde – aqui abrindo um parêntese para dizer que há o esforço isolado do município, mas, por que não pensar em termos regionais? Ao avaliar que a Carta de Bragança, na área de reformas, contemplava várias propostas, citou: isenção de impostos sobre o investimento adicionado oriundo das próprias atividades da micro e da pequena empresa, e inserção do município nos programas nacionais de modernização de gestão e acesso à tecnologia da informação. Ainda nessa área, destacou também a proposta de Bragança Paulista sediar uma agência regional de desenvolvimento econômico, com suporte de programas nacionais de redução da informalidade – segundo ele, é preciso cobrar apoio para que a informalidade deixe de existir. Mencionou, na área de comércio exterior, a proposta de criar agência regional de desenvolvimento tecnológico e de design, de desenvolvimento de exportações e acesso ao crédito dos fundos setoriais, em especial de eletroeletrônicos e autopeças, de inserção do município em programas internacionais de oportunidades de investimentos no Brasil. Figurando como última proposta da área de comércio exterior, o Diretor do CIESP citou a inserção do município nos programas de incentivo à agropecuária familiar voltada à exportação – aqui dando o exemplo da França como país onde funciona perfeitamente o sistema de cooperativas. No setor de infra-estrutura, registrou a proposta de inserir o município nas prioridades de investimento para implantação de estação de tratamento de esgoto, bem como de redes de esgoto e distribuição e uso da água.

“Toda a vez que nós falamos de prioridades, eu gostaria que fosse entendido que nós queremos tornar o município competitivo, quer dizer, a mim, como grau de formação de opinião no trabalho, eu considero o município competitivo ou não competitivo. O município, para mim, que não tem tratamento de resíduos sólidos, que não tem tratamento de esgoto e que não tem um sistema de atendimento, seja domiciliar, ou industrial, ou comercial, ele não é competitivo. Então, nós queremos torná-lo competitivo.”

Paulo César Maciel de Oliveira, Diretor Titular do CIESP/Regional de Bragança Paulista e membro colaborador da CAS

Ainda dentro do item “infra-estrutura”, o Sr. Paulo César destacou a proposta de criação de um Centro Integrado de Comunicações de Emergência (COPOM-Regional), aqui justificando que há o esforço municipal no sistema de segurança, enquanto a questão é regional. Sobre o item relativo a meio ambiente, falou da colaboração dada pelo vereador Marcus Vinícius Valle Júnior, dando destaque às seguintes propostas: possibilitar e viabilizar aos municípios detentores de recursos hídricos destinados a abastecimento de água e geração de energia elétrica compensação financeira destinada e vinculada à proteção ambiental. A garantia que a maior parte do valor das autuações aplicadas no município seja revertida em favor do próprio espaço territorial foi outra proposta destacada pelo Sr. Paulo César dentro do item “meio ambiente”, registrando, também, propostas feitas em



nível nacional, como: confecção do Código Ambiental Brasileiro; desenvolvimento de política mais atuante na destinação de resíduos sólidos, tóxicos e nucleares; destinação de maiores recursos ao Ministério do Meio Ambiente, entre outras. Nas áreas de ciência e tecnologia, salientou que se mantém o foco na região ao destacar a criação de programas regionais de implantação de Centro de Pesquisa, Ciência e Tecnologia voltados à mecatrônica, em parceria com Estado, Município, SENAI, INTEP e Governo Federal. Explicando o porquê de “mecatrônica”, disse que o município tem uma tradição industrial de mais de cinquenta anos em várias áreas, só que soltas, ou seja, não havia um centro de pesquisa e desenvolvimento em mecatrônica – e Bragança Paulista, segundo ele, estava inserida em um meio econômico estratégico. Também no item ciência e tecnologia, destacou a proposta de a cidade sediar uma agência regional de pesquisa, ciência e tecnologia voltada à agroindústria, dizendo que já há investimentos sendo feitos em programas com o Sebrae. “Esses foram alguns dos pontos relacionados aqui e esta é a nossa idéia: abrir na internet a Carta de Bragança, com todos os seus detalhes, para que a comunidade leia e vote” – salientou o manifestante, esclarecendo como a votação seria feita. Disse, ainda, que assim se teria, via internet, uma informação estatística, além do que se pretendia convidar a sociedade a participar de alguma forma e falar sobre o que considera prioritário na Carta de Bragança dentro daquilo que vê para a cidade e também para o país. Considerou ser essa a idéia principal e declarou que o CIESP está consciente de que participa da comissão para o bem de Bragança Paulista e a comissão está consciente de que deve dialogar com o governo federal, com a sociedade e com quantos mais forem necessários. “Nós devemos pôr o nome de Bragança, por escrito, na mesa do Presidente Lula ou através dos seus ministros. O CIESP tem meios para poder, também, auxiliar nessa comunicação, uma vez que o vice-presidente da FIESP é agora Ministro do Desenvolvimento Econômico - o Sr. Furlan. Nós podemos fazer com que esses projetos, as aspirações de Bragança Paulista sejam melhor ouvidas, e o contrário também: que na hora em que o governo desenvolver um programa, seja lembrado o nome de Bragança Paulista” – registrou o Sr. Paulo César. Deixou claro que em nenhum momento aquela reunião tinha por objetivo discutir sobre água, indústria ou turismo, mas, sim, sobre todos os assuntos, porque tudo estava interrelacionado. “Nós queremos um município competitivo” – salientou, lembrando que em noventa e seis Bragança Paulista tinha um PIB per capita, em dólar, quase semelhante ao de Campinas e declarando que não se pode perder essa visão, porque é através de uma geração maior de produto interno bruto e de receita interna que o Legislativo, o Executivo, com o apoio do Judiciário, podem desenvolver a cidade e a região. “Vocês representam lideranças de Bragança Paulista e eu gostaria de ouvi-los com sugestões, críticas e argumentos” – disse, colocando-se à disposição.

Opinião dos convidados:

Sr. **Jorge Barrientos**, representante da Igreja Comunidade da Graça, disse ter várias perguntas, algumas sugestões e algumas críticas. Como primeira delas, afirmou desconhecer o conteúdo da Carta de Bragança e que, então, sugeria



pudesse a comissão também encaminhar o referido documento – ato que ele classificou como fundamental. Em segundo lugar, considerou importante a questão metodológica ao analisar que fora listada uma série de itens correspondente à problemática e ao tratamento que se pretende dar às questões, questões essas, conforme enfatizou, de nível ministerial, como o Código Ambiental Brasileiro. Para ele, esse assunto é de grande especialidade, assim como a questão de tratamento de resíduos sólidos, para a qual atualmente não há uma política nacional, nem estadual e, embora não soubesse se essa política existe no âmbito municipal, entendia que não, pelo que tinha sido colocado. Segundo ele, essas questões exigem grande especialidade e também recursos, questionando de onde estes viriam, já que, conforme alardeado pelo próprio governo federal, havia uma carência muito grande de recursos, com cortes, inclusive, nos orçamentos de Ministérios. Considerou que, portanto, se tratava de uma questão política também. “Se no nível técnico nós precisamos de grande especialidade e um trabalho de muita dedicação, no nível político eu vejo que também. Nós, como sociedade civil de Bragança Paulista, qual é o nosso diálogo com o governo municipal? Se existe algum projeto de Bragança, qual a posição do governo municipal?” – questionou o manifestante. No seu entendimento, primeiro é preciso ter um governo municipal que apoie as propostas contidas na Carta de Bragança, justificando que as coisas funcionam institucionalmente, com base em projetos, de forma que, se o governo municipal não levasse os projetos aos governos estadual e federal, realmente a cidade não seria representada. Segundo observou, seria ilusório pensar que a cidade será ouvida em Brasília, quando não tem um apoio político importante. Ele apontou, ainda, a necessidade de se saber qual é a vocação de Bragança Paulista. Como terceira opinião, declarou que não basta votar em um site, como se propunha muitas vezes, porque a questão é muito mais complexa. Declarou que é até possível fazer o exercício da cidadania, mas que é preciso saber o custo e de onde viriam os recursos, senão seria um exercício de sonhos. “E não sabendo atualmente a situação de recursos dos municípios, eu perguntaria: faz poucos dias os prefeitos reuniram-se com o presidente Lula. O nosso prefeito esteve lá? Qual foi a posição que ele levou? Qual a posição, então, do Executivo em relação à questão tributária, por exemplo?” – indagou. Na sua opinião, ao se pegar alguns itens da carta, como por exemplo a questão tributária, e se exigir do governo municipal que defenda uma ou duas propostas nas esferas estadual e federal, já seria um avanço. “Creio que é possível nós trabalharmos em termos de exercício da cidadania e separarmos um ou dois itens, como, por exemplo, qual é a vocação de Bragança Paulista” – opinou o manifestante. Ele sustentou que, a partir daí, é preciso exigir, inicialmente, o envolvimento do governo municipal e, depois, ter um condutor dentro do governo federal, considerando que podem ser feitos bons planos, mas, sem apoio político, não irão avante. Agradecendo pelas sugestões e dando a certeza de que seriam todas levadas em consideração, o Sr. **Paulo César Maciel de Oliveira** disse que só gostaria de antecipar algumas boas notícias sob o argumento de que a todo o trabalho corresponde um resultado. Como boa notícia,



disse que o plano da Carta de Bragança, efetivamente, fazia parte do governo federal, pois havia sido redigido e oficialmente constava como estando nas mãos do Sr. Palocci. Diante disso, declarou que havia um primeiro passo dado, ou seja, não se estava estimando, mas usando dados reais. Acrescentou que a CAS tinha trabalhado no sentido de sensibilizar os governos, do municipal ao federal, bem como as lideranças, em todas as suas áreas, para aquilo que a região e a cidade precisam, e que assim continuaria a ser feito. Segundo ele, independente de obstáculos ou de facilidades, seriam levadas adiante as verdades que ali fossem discutidas – tendo isso como a tônica mais importante. Disse que considerava o primeiro tópico referido pelo Sr. Barrientos interessante, declarando que havia sido feita uma divulgação intensiva da Carta de Bragança através de jornais, revistas, do site do CIESP e de documentos das reuniões feitas na Câmara. Antecipou que no momento se faria uma divulgação intensiva do resultado final: a carta oficial, com as respostas dadas pelo governo. Quanto à parte política, declarou que a segunda boa notícia que tinha a dar era que Bragança Paulista, de qualquer forma, atualmente, tem uma organização política muito bem constituída – tem uma Câmara de vereadores dos quais o trabalho tivera o apoio, houvera a participação de secretários municipais nas audiências e, portanto, houvera a cooperação – acreditando que isso possa continuar – além do apoio dado nos âmbitos estadual e federal. Segundo ele, no momento em que fora eleito um deputado estadual da cidade, não havia como dizer que não existe o apoio estadual, além do que é de se esperar o apoio do governador Alckmin pelo fato de Bragança Paulista ter participado de sua reeleição. No âmbito federal, expôs que houvera a citação de um deputado federal e um senador eleitos e também houvera a manifestação pública expressa pelo ato do voto a favor do presidente Lula. Quanto à metodologia, deixou claro que se optou por discutir o que Bragança Paulista precisa e o que o Brasil precisa sem, necessariamente, fazer um projeto, o que cabe ao governo fazer. Segundo ele, o papel era sensibilizar para as necessidades que a cidade tem e agir fortemente junto às esferas estadual e federal. Com relação ao ato de votar em site, esclareceu que a idéia não se resume à internet, lembrando que havia mencionado que convidaria sempre as lideranças a participar de alguma forma, apresentando as suas idéias. Para ele, a omissão significa falta de interesse ou concordância, de forma que entendia que, a partir do momento em que fora escrita a Carta de Bragança com cinquenta ou oitenta por cento de participação, havia uma representatividade em nome das lideranças que participaram.

Assim, declarou que, em relação à votação, apenas desejava facilitar e que, quando falava em votar, falava em tabular expectativas, fossem elas por fax, pessoalmente, por carta, por internet, e que o documento estaria disponível na internet por uma questão de facilidade, registrando também a importância da divulgação pelos meios disponíveis. "Nós queremos é que depois possamos concluir um trabalho de oficializar um documento de prioridades e usar de um direito que nós já temos. E, aí, temos inúmeras provas de que o governo Lula, antes de ser o governo federal, cansou de dizer que a base do governo dele seria



a discussão com as lideranças” – salientou, dizendo que a Câmara e a CAS são lideranças locais e que a intenção é reunir opiniões das instituições que representam a competição do município, e ir adiante, para ajudar a tornar o município competitivo, através desse trabalho, o quanto fosse necessário.

Sr. **Ismael do Nascimento**, vice-presidente da Associação Profissional dos Contabilistas de Bragança Paulista: declarou-se feliz com as idéias do trabalho que estava sendo apresentado com a ajuda da sociedade, porque a Carta de Bragança tinha o principal objetivo de sensibilizar o governo – apesar de entender que o Brasil todo deveria estar mobilizado nesse sentido. Justificou que o ponto básico, o fator mais importante para o crescimento de um país, é a educação, que no Brasil, segundo ele, é de péssima qualidade. “São pouquíssimas as universidades que preparam o jovem para enfrentar um emprego, com a exigência que está aí hoje” – analisou, acrescentando que a maioria das instituições de ensino, do pré à universidade, mais enganam do que fazem, pois não preparam o aluno para enfrentar a realidade do dia-a-dia. Disse que, então, esses tópicos devem, sim, ter a participação de cada um, para sensibilizar o governo e que a população continue sendo convidada a participar desse tipo de idéia. Segundo ele, o que mata uma nação é a falta de solidariedade, em que cada um se preocupa em defender o seu ponto de vista, mas nada faz em prol da coletividade. Registrou que o prefeito Jesus havia lhe demonstrado que estava sensibilizado, sim, tanto que havia ouvido várias entidades, entre elas a Associação dos Contabilistas, na alteração de norma tributária, aprovada posteriormente pelos senhores vereadores. Segundo ele, essa abertura mostra que está havendo mudança em Bragança Paulista e que, para ela ocorrer, é preciso se basear na educação. Questionou o porquê não sensibilizar o governo para alterar o sistema educacional do país, pois a escola de hoje não forma ninguém. Criticou a reforma do PIS, feita no ano passado, ao analisar que o objetivo era acabar com o efeito cascata nesse imposto, mas tal intento não fora conseguido; ao contrário, aumentou-se a carga tributária para o contribuinte. “Sensibilizando para uma reforma, sensibilizando para a tomada de decisão em nível nacional, esses que estão no Congresso Nacional vão se sensibilizar porque é o povo que está pedindo” – salientou. Disse que a Associação dos Contabilistas estaria junto nesse trabalho e defendia que a sociedade toda estivesse, para sensibilizar o governo, porque, segundo ele, poucos políticos brasileiros têm noção do que se faz dentro de um Congresso ou dentro de um Legislativo estadual, ou mesmo municipal. Parabenizando pela iniciativa e defendendo a continuidade do trabalho, torceu: “Oxalá que não seja tarde, porque a reforma da previdência social e a reforma tributária vão para o congresso agora, no mês de abril.” Na opinião dele, esse trabalho tem de ser efetivo e a sociedade tem de gritar os seus direitos, buscar uma nova visão de vida, sem pensar de forma egoísta ou política, mas em um todo.

Sr. **João Malachias Zecchini**, vice-presidente da Cooperativa Agropecuária da Região Bragantina: perguntou o porquê a agricultura não era uma prioridade para Bragança e, se ela fosse assim considerada, o porquê ela não tinha propostas próprias, e não pulverizadas em outros setores – porque, para ele, dava a



entender que Bragança Paulista não tinha uma agricultura específica. Sobre tais questionamentos, o Sr. Paulo César Maciel de Oliveira declarou que a Carta de Bragança não era um documento final, de forma que propunha ao Sr. João Malachias sentir-se à vontade para encaminhar sugestões ao Presidente da comissão, pois certamente seria considerado qualquer aspecto. Ao observar que a Carta de Bragança apresentava propostas para o setor agropecuário como, por exemplo, a de inserir no município programas de incentivo à agropecuária familiar voltada à exportação, disse que, no entanto, podia-se ir mais longe, pois entendia que a agricultura no Brasil era a solução do mundo.

Como resultado disso, a Cooperativa Agropecuária da Região Bragantina, representada pelo seu presidente, Sr. Hidemasa Furukawa, e pelo seu vice-presidente, Sr. João Malachias Zecchini, encaminhou as seguintes propostas para a Carta de Bragança:

- apoio para elaborar um diagnóstico do município para identificar as atividades agrícolas presentes e suas tendências; a fim de constituir um potencial regional;
- programas para estimular as atividades agrícolas já existentes;
- viabilizar estudos referentes ao processo de urbanização e industrialização de algumas regiões para evitar efeitos negativos diretos e/ou indiretos na qualidade ambiental da região (ar/água/solo);
- desenvolver programas para um melhor planejamento das propriedades rurais, diversificando a produção e aproveitando melhor os recursos disponíveis;
- implantação de sistemas associativos e/ou cooperativos, instalação de agroindústrias, a fim de agregar valor aos produtos rurais para atender grandes mercados consumidores;
- estimular o desenvolvimento de uma agricultura em bases não poluentes e não degradadoras;
- expansão planejada de chácaras de recreio ou lazer, criando programas de incentivo para que os produtores rurais possam preservar as riquezas naturais do campo (ar/água/paisagem), desenvolvendo o potencial turístico da região;
- capacitar e fortalecer os agentes de assistência técnica e extensão rural, para que possam incrementar a baixa produtividade e rendimentos do setor agropecuário;
- proporcionar tecnologia e capacitação aos produtores rurais, melhorando a qualidade dos produtos colhidos, reduzindo ao mínimo os custos unitários de produção e aumentando ao máximo a receita, evitando perdas que ocorrem durante e depois da colheita;
- melhoria do nível de escolaridade dos produtores rurais e desenvolvimento de programas de formação técnica aos filhos de produtores, para que possam ter condições de absorver tecnologias;
- desenvolver programas de trabalho em sistema de parcerias entre produtores, prefeituras, secretarias, universidades, cooperativas e



- empresas ligadas a produtos agrícolas (sementes, adubos, defensivos, etc.);
- criação de programas de financiamento habitacional específico para a zona rural, a fim de melhorar a qualidade de vida, fixando o homem ao campo e evitando o êxodo rural.

Sr. **André Luiz Nunes**, vice-presidente da Igreja do Evangelho Quadrangular, cumprimentou a Câmara e o CIESP pela iniciativa e apelou a todos para que colaborassem com o projeto, reunindo seus liderados e trazendo soluções para o município, porque, segundo ele, em todas as áreas citadas na Carta de Bragança o município estava ausente.

Prof. **Hernan E. Contreras Alday**, Diretor do Câmpus de Bragança Paulista da Universidade São Francisco, agradeceu o convite para estar ali presente sob a informação de que estava representando o Reitor da USF, que não pudera comparecer. Quanto à iniciativa da CAS e do CIESP, considerou a discussão muito importante a partir do momento que chamava à participação todas as lideranças da cidade. Registrou que a universidade se colocava à disposição da comissão e da cidade de Bragança Paulista para contribuir com qualquer discussão nesse sentido, e que ele ficava à disposição, pessoalmente, como Diretor do Câmpus de Bragança Paulista, para contribuir da forma que a comissão entendesse ser mais conveniente. "Acho de toda a importância que todos os segmentos, todos os setores da região – não apenas da cidade de Bragança – participem de um projeto de tanto alcance, tanto econômico como e principalmente social, dessa região que tem um potencial tão grande" – enfatizou, dizendo que gostaria de parabenizar a comissão pelo projeto e mais uma vez se colocar à disposição junto com a universidade para uma discussão mais ampla.

Sr. **João Batista Lima César**, presidente do PSC – Partido Social Cristão – e do Conselho da Sociedade de Amigos de Bairro: avaliou que Bragança Paulista, pelo seu contexto de sede de região e de centro econômico, não pode deixar de compartilhar com algumas das cidades da região que representam, no contexto nacional, aspectos importantíssimos que estão diretamente ligados a este município, como, por exemplo, a cidade de Atibaia, cuja produção de flores é exportada para o mundo todo. Informou que, conforme ouvira em reunião da Associação Brasileira de Desenvolvimento Turístico, a região bragantina se tornaria, nos próximos dez anos, uma das mais importantes regiões turísticas do Estado de São Paulo e do Brasil. Ao citar a localização da Fernão Dias, entre dois estados economicamente fortes, sugeriu que também fosse contemplado nesse trabalho o aspecto dessas cidades localizadas ao redor de Bragança Paulista. Segundo ele, se essas cidades têm um forte potencial em determinada produção, ou no setor turístico, isso acaba repercutindo em Bragança Paulista, já que é aqui que a população das redondezas vem fazer suas compras, estudar, vem procurar tratamento médico. Opinou no sentido de que, por isso, é preciso pensar seriamente em trazer as lideranças dessas cidades – entidades, associações de bairro – para que compartilhem desse trabalho. Avaliou, ainda, que o resultado da



discussão pública não deveria ser encaminhado apenas ao presidente Lula, mas também ao governador Geraldo Alckmin, porque, segundo ele, de uma forma ou de outra o Estado fomenta muitos dos projetos ali mencionados. Portanto, entendia que o Estado não podia ficar de fora, pois também tinha responsabilidade sobre desenvolvimento da cidade e da região.

Sr. **Carlos Antônio de Oliveira** (Prof. Dorico) disse que representava naquela noite o Partido Progressista Brasileiro e via que Bragança Paulista não estava apática diante dos problemas da população brasileira. No seu entendimento, a Carta de Bragança ia ao encontro não só das necessidades da população bragantina, como também das necessidades de todo o povo brasileiro. Disse que até concordava com a observação feita por um dos presentes de que a maioria das propostas constantes da Carta de Bragança competia às áreas ministeriais e exigia recursos, o que era difícil, principalmente num país de transição como o Brasil. Sobre a afirmação de que a educação no Brasil está sucateada, também mencionada por um dos presentes, argumentou: “é preciso que se diga que a nossa educação está a serviço da classe dominante – sempre esteve e ainda está.” Segundo ele, há uma dualidade no ensino, ou seja, existem duas escolas no país: aquela que atende os filhos dos pobres, e outra que atende os filhos dos ricos. Para o manifestante, essa distorção é responsável pelo sofrimento da população mais carente, que não tem acesso a uma educação de qualidade. Dessa forma, apontou a educação como o fator primordial na Carta de Bragança, pois seria a partir dela que se conseguiria fazer o Brasil mudar. Declarou-se feliz com o trabalho feito, levando o nome de Bragança Paulista através do CIESP e da Câmara, porque realmente a cidade tem de se manifestar e dar o exemplo para o país. Também se disse contente em ver que a população estava participando e desejou que o trabalho não ficasse só no papel e que as lideranças locais, o prefeito, o governo, entendessem que ali estavam resumidas as necessidades do povo brasileiro.

Sr. **Ayrton Athanásio**, Presidente do diretório local do PGT – Partido **Geral dos Trabalhadores**, o qual comentou que Bragança Paulista estava de parabéns pelo grandioso trabalho desenvolvido antes das eleições. Para ele, Bragança Paulista dava exemplo e tomava uma atitude defendida pelo próprio governo federal: a de participar efetivamente em uma ação política. Assim, parabenizou a Câmara e a Comissão de Assuntos Socioeconômicos por entender que estavam no caminho certo: é preciso reivindicar realmente as necessidades do município e o povo precisa estar presente nessas discussões. Lembrou que essa participação fora respeitada durante a elaboração da Lei Orgânica do Município, embora não estivesse ocorrendo o mesmo com a proposta de alteração daquele diploma legal, em tramitação na Casa. “Bragança está participando e ajudando o Brasil nas reformas que precisam ser feitas” – concluiu.

Vereador **Nicola Cortez** reconheceu que Bragança Paulista, geograficamente, é uma cidade privilegiada, distante de Campinas e de São Paulo apenas setenta quilômetros, de São José dos Campos, cem quilômetros, e está entre São Paulo e Belo Horizonte. Por essa característica, afirmou o vereador que Bragança Paulista



tem todas as condições para ter seus programas contemplados e implementados pelo governo federal.

Voltando a se manifestar, o Sr. **Jorge Barrientos** reconheceu que o trabalho era muito bom e deveria ser aproveitado. Declarou que, no sentido positivo, o via como um exercício de cidadania louvável; mas avaliou que uma coisa era a boa intenção que se tinha para a cidade e para o país num período pré-eleitoral, e outra coisa era, no governo, quais projetos se pretendia impulsionar. Assim, ao registrar que atualmente o governo federal está voltado ao Programa Fome Zero, propôs que a comissão tire uma posição favorável à inclusão do município nesse programa, que, no seu entendimento, não é só dar comida, mas também criar emprego e renda – um dos itens da Carta de Bragança, conforme enfatizou. “Creio que, se nós unirmos forças, nós podemos apresentar bons projetos nesse âmbito, que podem ser apoiados pelos governos municipal, estadual e federal” - opinou. Acrescentou que, no entanto, se a pretensão era trabalhar com o macro, percebia aspectos que precisariam ser afunilados no âmbito tecnológico e científico, por exemplo. Ao observar que no item “emprego e renda” havia a afirmação de que “o emprego é um direito do cidadão e um dever do estado”, disse que não concordava ao declarar que hoje, cientificamente, essa visão está superada, porque o dever do estado não é dar emprego, até porque não tem condições de dar emprego a todos, mas, sim, promover a geração de empregos. Para ele, portanto, havia questões no texto que precisariam ser revistas e havia outros aspectos que não tinham sido suficientemente desenvolvidos, como, por exemplo, a questão da segurança – para ele, uma prioridade hoje no país. Ao informar que participa da Comissão da Juventude na Câmara Municipal de São Paulo, anunciou também a ausência de uma política pública para a juventude em todos os âmbitos de governo. Segundo o manifestante, apesar de o jovem ser o futuro do país, com uma série de necessidades e expectativas, ele não estava contemplado na carta, nem em relação a Bragança, nem em relação ao Brasil. Sobre tais considerações, o Sr. **Paulo César Maciel de Oliveira** lembrou que o governo assumira que precisa criar condições para milhões de empregos no país e por isso se considera o emprego como dever do Estado, porque é ele, o Estado, quem cria condições para a geração de emprego. Sobre o jovem, observou ter sido contemplada na Carta de Bragança, na parte de educação, a geração de emprego e de oportunidades para o jovem. Segundo ele, o que precisava doravante era acompanhar essa carta, que já estava nas mãos do Sr. Palocci e do presidente Lula, estabelecer prioridades e levantar uma segunda bandeira em Brasília em favor do país, da região e da cidade.

Nos meses subseqüentes, a comissão provocou a participação dos segmentos representativos da sociedade civil organizada e, juntamente com o CIESP, disponibilizou na internet, no endereço eletrônico daquele órgão, com link no site da Câmara Municipal, a enquete sobre os doze temas contemplados na Carta de Bragança, para que a população votasse aquilo que considerava prioritário para a cidade e para o país.



Este foi o texto divulgado na Internet, conclamando a participação de todos:

“Carta de Bragança ao Presidente LULA

Prezado companheiro:

O CIESP e a Câmara Municipal de Bragança Paulista irão enviar até setembro de 2003 uma lista de prioridades da Carta de Bragança, enviada em setembro de 2002 ao presidente LULA. Ele recebeu e está analisando e devemos agora apresentar nossas PRIORIDADES.

Solicitamos que participe desta enquete. É simples. Basta você escolher o tema ou os temas que julgue PRIORITÁRIOS e em cada tema você deve acessar os tópicos “De Bragança para o Brasil” e outro “Do Brasil para Bragança”. Ao abrir, você irá verificar os assuntos e atividades relacionadas. Escolha uma ou duas, no máximo, que você considere PRIORITÁRIA.

Fazendo isso você vai sensibilizar o Governo LULA sobre o que pensa Bragança Paulista e Região e participar das definições para um BRASIL e para uma REGIÃO BRAGANTINA melhores.

CIESP – Centro das Indústrias do Estado de São Paulo – Região de Bragança

CAS – Comissão de Assuntos Sócio Econômicos – Câmara Municipal de Bragança Paulista.”

Na sessão de outubro, foi apresentado o resultado dessa pesquisa e formulado o **Requerimento nº 1348/2003**, que obteve a aprovação unânime e recebeu a co-autoria dos dezenove vereadores do Legislativo bragantino. Segue a transcrição, na íntegra, desse requerimento: “Nos termos regimentais, requeremos o envio da presente proposição ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, apresentando o resultado de enquete realizada junto à população bragantina, em que são apontadas prioridades para o Brasil e para Bragança Paulista, a partir das propostas contempladas na CARTA DE BRAGANÇA. Com cópia: aos Exmos. Srs. Ministros da República. ANEXOS: Resultado da enquete e Carta de Bragança. **JUSTIFICATIVA:** A partir da Carta de Bragança – documento encaminhado aos então candidatos à presidência da República no 2º turno das eleições de 2002 e sobre o qual obtivemos confirmação de recebimento pelo “Comitê Nacional Lula Presidente”, em ofício datado de 22 de outubro de 2002 – a Comissão de Assuntos Socioeconômicos da Câmara Municipal e a Diretoria Regional do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP) de Bragança Paulista, realizaram enquete junto à população bragantina no sentido de levantar as prioridades para o Brasil e para Bragança Paulista.

Desse trabalho, resultou o documento anexo, editado pelo CIESP com o apoio da CAS, no qual são constatados alguns itens apontados pelos pesquisados como prioritários para o Brasil e para Bragança Paulista. Essas propostas retratam a maior defesa da população, que é o crescimento sustentado para a cidade e a



região, de forma que lhes seja dada a devida atenção em termos de investimentos federais, para uma efetiva interação com o PIB Sul, Sudoeste e Centro-Oeste do país.

A expectativa é que esse documento, que complementa a Carta de Bragança, seja uma informação útil na jornada do Excelentíssimo Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, e que Bragança Paulista seja contemplada nos seus principais programas de governo, para que possa participar, efetivamente, da oportunidade de tornar o Brasil mais competitivo no cenário mundial.. Sala das Sessões, 21 de outubro de 2003. **COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIOECONÔMICOS.**”

Apresentamos abaixo o resultado da pesquisa, que acompanhou o requerimento acima transcrito:

Apesar de uma participação pequena na enquete realizada via Internet, a missão principal foi iniciar um trabalho inédito em Bragança Paulista de participação nas políticas e nos planos do Governo Federal. Em nenhum momento o propósito fora editar um Plano de Governo alternativo, mas, sobretudo, colher opiniões e transmiti-las ao Governo Federal, como uma espontânea contribuição do município de Bragança Paulista e com a esperança de, entre as propostas, surjam algumas que possam efetivamente contribuir para a gestão pública deste nosso país.

Cada tema, iniciado com um pensamento, foi discutido em audiências públicas durante o ano de 2002 e parte de 2003, foi escrito como expressão da vontade dos participantes e serviu de base para esta enquete, contemplando dois focos:

- 1) **De Bragança Paulista para o Brasil:** Externa as expectativas que os bragantinos têm para o nosso país.
- 2) **Do Brasil para Bragança Paulista:** Externa as expectativas que os bragantinos têm do nosso país para o município de Bragança Paulista.

Foram as seguintes as respostas dadas pelos usuários da enquete via Internet, indicadas com percentuais de preferências:

Tema: ATIVIDADES ECONÔMICAS

”O crescimento econômico deve estar apoiado na produção como geradora de emprego e renda.”

De Bragança Paulista para o Brasil

33,3% Desenvolver a Agroindústria.

16,7% Apoiar a micro e a pequena empresa.

16,7% Criar Consórcios de exportação e suporte financeiro.

Do Brasil para Bragança Paulista

28,6% Apoio para desenvolver a agropecuária.

28,6% Apoio para desenvolver as culturas perenes.

28,6% Sediar uma agencia regional de promoção e comércio de produtos e serviços.



Tema: EMPREGO E RENDA

"O emprego é um direito do cidadão e um dever do Estado. Seu pressuposto maior tem de estar na inclusão social e na geração de poupança."

De Bragança Paulista para o Brasil

16,7% Programas que contemplem a redução dos excluídos.

16,7% Substituição das importações.

16,7% Tributação competitiva.

Do Brasil para Bragança Paulista

66,7% Apoio a programas de criação de parques industriais para micros e pequenas empresas, acesso a crédito para investimentos e desenvolvimento de institutos técnicos profissionalizantes.

16,7% Apoio à instalação e ao desenvolvimento de atividades que substituam importações na área eletrônica.

16,7% Promover cooperativas e associações.

Tema: INCLUSÃO SOCIAL

"Para se alcançar paz, esperança, justiça e progresso sustentável é necessário integrar cerca de cinquenta milhões de brasileiros excluídos dos circuitos de renda, cultura, informação e participação na vida social."

De Bragança Paulista para o Brasil

33,3% Instituição de programas e metas específicas para negros, mulheres, terceira idade, portadores de necessidades especiais, desempregados.

33,3% Programas sociais compensatórios na transição de excluído para incluso, seja de renda, educação, alimentação, habitação ou saúde.

22,2% Aumento de número de universidades públicas nas regiões mais carentes.

Do Brasil para Bragança Paulista

50% Suporte governamental para instalação e desenvolvimento de parques industriais para micros e pequenas empresas, por setor e com cadeia produtiva própria e que estejam localizados em zonas carentes.

16,7% Apoio federal à instalação e à extensão de programas para uma agência regional de desenvolvimento social.

16,7% Apoio federal para a inclusão do município em programas nacionais de esportes, cultura e lazer.

Tema: EDUCAÇÃO

"A educação e a partilha do conhecimento são pontos chaves para sustentar o crescimento econômico e democratizar as oportunidades de ascensão social."

De Bragança Paulista para o Brasil

75% Incluir no ensino médio programa de disseminação dos planos de governo (federal, estadual e municipal) para despertar a cidadania e disseminar a cultura política entre os jovens.

12,5% Reformar o sistema de ensino técnico profissionalizante, adequando-o à demanda de mercado.

12,5% Universalizar o ensino fundamental.

Do Brasil para Bragança Paulista

71,4% Colaboração técnica federal para criação de projeto pedagógico específico para atendimento às necessidades da zona rural.

28,6% Suporte e incentivo para instalação e desenvolvimento de escolas técnicas profissionalizantes voltadas para mecatrônica, tecnologia de elastômeros, alimentos, processos industriais e sua automação e tecnologia do lazer.



Tema: CULTURA E ESPORTE

"O futuro de um país depende do grau de conhecimento e de inter-relacionamento com outros povos, seus hábitos e costumes, a favor do respeito à diversidade e da evolução humana."

De Bragança Paulista para o Brasil

62,5% Incentivar programas culturais e esportivos destinados às comunidades carentes.

37,5% Aprimorar a legislação de incentivo à cultura e ao esporte, contemplando sua maior vinculação ao currículo escolar.

Do Brasil para Bragança Paulista

50% Apoio à implementação do Centro Cultural de Bragança Paulista.

33,3% Extensão de programas culturais para incentivo a entidades bragantinas, tais como: Sociedade Sinfônica, Associação dos Escritores e outras.

16,7% Estabelecer parcerias com o Município para expansão dos Centros Integrados de Lazer e Esportes (CILES).

Tema: TURISMO

"O crescimento econômico está diretamente relacionado ao turismo como forma de divulgar a potencialidade do país para investimentos, negócios, lazer e cultura."

De Bragança Paulista para o Brasil

85,7% Estabelecer política de incentivo ao turismo para empreendedores que preservem e melhorem o meio ambiente, em especial a Amazônia.

14,3% Promover o país como alternativa estratégica de investimento, favorecendo um fluxo crescente de missões de negócios e lazer.

Do Brasil para Bragança Paulista

50% Inserir o município nas divulgações sistemáticas do país, via internet, com um BTB – Banco de Turismo do Brasil.

50% Regionalizar os programas de incentivo ao turismo, permitindo ao município destacar potencialidades turísticas de seus recursos rurais, hídricos e climáticos.

Tema: SAÚDE

"Saúde é direito do cidadão e obrigação do Estado. Na conjuntura globalizada, ela é fator indispensável de crescimento econômico, produtividade, eliminação de desigualdades regionais e reconhecimento internacional dos produtos brasileiros."

De Bragança Paulista para o Brasil

50% Desenvolver ações estratégicas de apoio regional para redução do adoecimento, através de repasses a fundos regionais de saúde.

33,3% Ampliar os serviços públicos de saúde para as regiões mais carentes, com o fim de corrigir distorções sociais.

16,7% Investir fortemente na universidade pública, permitindo a formação e a disponibilização de profissionais da saúde.

Do Brasil para Bragança Paulista

50% Inserir nos planos federais a condição e a obrigação de investimentos em saneamento básico que devem ser feitos pelas concessionárias sob pena de perda de suas concessões.

25% Incentivar a maior participação dos hospitais universitários e municipais no sistema público de saúde.

25% Sediar uma agência regional de desenvolvimento da saúde, para cuidar da elaboração de planos de investimentos em parceria com o município.



Tema: REFORMAS (tributária, fiscal, institucional e agrária)

"A arrecadação tributária e fiscal deve refletir a participação da sociedade nos empreendimentos públicos, visando ao desenvolvimento do país e à qualidade de vida com melhoria contínua."

De Bragança Paulista para o Brasil

40% Reduzir progressivamente o diferencial de custo entre o trabalho formal e o informal, com a mudança do custeio da previdência de impostos sobre o trabalho para impostos sobre a renda.

20% Abrir linhas de crédito ao investimento produtivo, com custos de capital internacionalmente competitivos.

20% Eliminar a cumulatividade de tributos.

Do Brasil para Bragança Paulista

40% Inserir o município nos Programas Nacionais de Modernização de Gestão e acesso à Tecnologia da Informação.

40% Sedar uma agência regional de desenvolvimento econômico com suporte de programas nacionais de redução da informalidade.

20% Manter e ampliar os Juizados Especiais

Tema: COMÉRCIO EXTERIOR

"Todas as cadeias da indústria, agroindústria, agricultura, mineração, serviços e turismo devem ser mobilizadas para a competitividade, visando à expansão das exportações, gerando divisas que fortalecerão a poupança e os investimentos internos voltados à inovação."

De Bragança Paulista para o Brasil

60% Incentivar a criação de consórcios de exportação para micro, pequena e média empresa.

20% Ampliar as linhas de crédito, as ações de exportações, inserindo a pequena empresa.

20% Consolidar as ações de criação e desenvolvimento do Mercosul

Do Brasil para Bragança Paulista

50% Inserir o município nos programas de incentivo à agropecuária familiar voltada à exportação.

50% Inserir o município nos programas internacionais de oportunidades de investimentos no Brasil

Tema: INFRA-ESTRUTURA

"O crescimento econômico tem na infra-estrutura a base para aplicação das atividades econômicas e a partilha do conhecimento. Através da infra-estrutura consolidam-se os investimentos na produção de tal forma que o crescimento econômico possa ser competitivo e a sociedade possa ter acesso ao desenvolvimento e à ascensão social."

De Bragança Paulista para o Brasil

60% Investir estrategicamente nas regiões mais carentes em distribuição e uso da água e em redes e estações de tratamento de esgoto

30% Aumentar a cooperação técnica e financeira da União ao Estado para prevenção de crimes contra a vida e o patrimônio.

20% Investir nos transportes nas regiões exportadoras, nos meios que melhor traduzam a competitividade.

Do Brasil para Bragança Paulista

50% Inserir o município nas prioridades de investimento para implantação de estação de tratamento de esgoto, bem como de redes de esgoto e distribuição e uso da água.

50% Suporte da União para que o governo estadual crie, na microrregião de Bragança Paulista, um Centro Integrado de Comunicações de Emergência (COPOM-REGIONAL); patrulhamento da zona rural com veículos apropriados e em parceria com centros de controle federal.



Tema: MEIO AMBIENTE

"Bragança Paulista é região de mananciais. A Carta de Bragança deve enfatizar a utilização inteligente dos recursos hídricos, a questão do lixo e a de ocupação e uso do solo". (Prof. Pedro Fernandes, Coordenador do Curso de Geografia da Fundação Municipal de Ensino Superior de Bragança Paulista – FESB).

De Bragança Paulista para o Brasil

50% Confeccionar Código Ambiental Brasileiro (as leis atuais - esparsas – geram graves imperfeições técnicas e ferem o princípio da proporcionalidade. A Lei 9.605/98 – nova lei ambiental –, apesar de haver minimizado tal problema, não o solucionou).

25% Desenvolver campanhas institucionais, sobre as questões no meio ambiente, nos principais órgãos de comunicação (esclarecer, sobretudo, que o conceito de meio ambiente é bem mais amplo do que a proteção de recursos naturais).

25% Desenvolver política mais atuante de proteção das águas poluídas por esgotos despejados in natura nos recursos hídricos ou por outras formas de degradação, tais como dejetos industriais, chuva ácida, agrotóxicos, desmatamento de mata ciliar, etc.

Do Brasil para Bragança Paulista

50% Possibilitar e viabilizar aos municípios detentores de recursos hídricos destinados a abastecimento de água e geração de energia elétrica compensação financeira destinada e vinculada à proteção ambiental

25% Conceder incentivo, sobretudo tributário, a Municípios que adotarem as formas mais recomendáveis de destinação de resíduos sólidos

25% Gerar condições ao Município para elaboração de Código Ambiental Municipal, respeitando as normas gerais e as restrições contidas na legislação federal.

Tema: CIÊNCIA E TECNOLOGIA

"O conhecimento continuado e compartilhado expõe o país a preferências de investimento e fomenta as negociações multilaterais, além de criar referência para retroalimentar programas de melhorias na educação, na pesquisa e no desenvolvimento do país, inserindo-o na globalização, reduzindo a exclusão social e valorizando a cidadania."

De Bragança Paulista para o Brasil

75% Estabelecer convênio com Institutos de Pesquisa Internacionais voltados às áreas de meio ambiente e de gêneros alimentícios para proteção de nossos recursos e melhor ocupação do solo fértil e passivo de agricultura.

25% Criar parcerias e incentivos junto à iniciativa privada para duplicar os investimentos em P&D, capacitação, inovação e gestão.

Do Brasil para Bragança Paulista

40% Criar programas regionais de implantação de Centro de Pesquisa, Ciência e Tecnologia voltados à mecatrônica, em parceria com Estado, Município, Senai e INTEP.

40% Sediar uma agência regional de pesquisa, ciência e tecnologia voltada à agroindústria.

20% Estender ao município o acesso aos instrumentos dos fundos setoriais e agências de financiamento.

Os Excelentíssimos Senhores Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e Ministros de Estado receberam um exemplar dessa enquête. O Chefe de Gabinete da Ministra do Meio Ambiente, o Assessor do Ministro do Turismo, o Assessor Especial do Ministro da Justiça, e o Chefe de Gabinete do Ministro Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, participaram o recebimento do referido documento. O Chefe da Assessoria para Assuntos Parlamentares do Ministério da Fazenda informou que o assunto fora encaminhado à Secretaria Executiva para conhecimento e avaliação.



O Chefe de Gabinete do Ministério da Cultura acusou o recebimento do material e informou que, no tocante às ações de cunho cultural, a solicitação deverá ser apresentada como projeto, em formulário específico, disponível na internet (www.minc.gov.br), ou via postal. Para agilizar a tramitação do assunto, também são fornecidos números telefônicos da Diretoria de Fomento e Incentivo à Cultura.

A Secretária Executiva do Ministro das Cidades orientou para que as demandas que dizem respeito àquela Pasta – financiamento habitacional, saneamento e infra-estrutura urbana – sejam encaminhadas por meio de projetos enviados ao Ministério das Cidades ou Caixa Econômica Federal, respeitando os programas no PPA 2004/2007 e na Caixa.

O Secretário de Educação Média e Tecnológica do Ministério da Educação informou que aquela Secretaria traçou uma estratégia para ampliação e melhoria do ensino médio apoiada nos seguintes eixos: - atendimento, a partir de 2004, de todos os concluintes do ensino fundamental de 2003, com idade de 14 a 16 anos; - melhoria curricular que contemple as diversas necessidades dos jovens, consolidando a identidade do ensino médio centrada no sujeito; - ensino médio comprometido com a diversidade socioeconômica e cultural da população brasileira; - valorização e formação de professores; - melhoria da qualidade do ensino regular noturno e de educação de jovens e adultos; - implantação do Plano de Educação para Ciência; - modernização e democratização da gestão de sistemas e escolas de ensino médio; - desenvolvimento de projetos juvenis, visando à renovação pedagógica e ao enfrentamento do problema da violência nas escolas; - integração e articulação entre ensino médio e educação profissional. A Secretaria de Educação Média e Tecnológica também destacou os seguintes pontos relativos à Concepção da Nova Educação Profissional: - currículos baseados em competências requeridas para o exercício profissional; - articulação e complementaridade entre a educação profissional e ensino médio; - oferta de cursos sintonizada com as demandas do mercado, dos cidadãos e da sociedade; - diversificação e expansão da oferta, tanto de cursos técnicos e tecnológicos quanto de cursos de nível básico, que atendam a qualificação, requalificação e reprofissionalização do trabalhador; - vínculo permanente com o mundo do trabalho e a prática social; - parceria entre docentes com vivência no mundo do trabalho e profissionais professores atuantes no mundo da produção, enquanto formuladores de problemas, reguladores do processo e estimuladores de inovações; - currículos flexíveis, modularizados, possibilitando itinerários diversificados, acesso e saídas intermediárias e atualização permanente; ensino contextualizado, superando a dicotomia teoria/prática; - a prática profissional constitui e organiza o desenvolvimento curricular.

Já a Chefe de Assessoria de Assuntos Parlamentares do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento comunicou que o assunto fora encaminhado à Secretaria de Política Agrícola – SPA daquela Ministério.

Em 2004 a Comissão de Assuntos Socioeconômicos continuará acompanhando o assunto junto ao Governo Federal.



1.2 PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) E INDICADOR DE VALOR AGREGADO (IVA)

Quanto à proposta de levantamento de indicadores econômicos, o Diretor Titular da Regional local do CIESP e membro colaborador da CAS lembrou que o indicador do PIB per capita apontava, em mil novecentos e noventa e seis, que Bragança Paulista tinha uma renda per capita próxima à de Campinas. Disse não ter conhecimento de como o quadro se apresenta atualmente e que é preciso um trabalho de acompanhamento, de tal forma que, se percebida uma violenta curva decrescente, medidas maiores devem ser tomadas para a sua recuperação. Segundo ele, é através da renda per capita que todos se beneficiam: todos podem comprar e vender, todos podem viver de uma forma melhor. “É impossível que o governo – municipal, estadual ou federal – seja cem por cento responsável pelas nossas necessidades. Uma parte é ditada pela economia – pela economia formal ou pela economia informal. E é através dessa renda que existe essa geração de trocas e confortos para a vida de cada um” – enfatizou, acrescentando que um dos indicadores é o Produto Interno Bruto do próprio município. Esclareceu que a segunda referência seria entender, a partir desse conhecimento, de onde poderia se obter aumento do PIB, como, por exemplo, maior exportação do que importação. Reconheceu haver uma ociosidade muito grande no comércio, na indústria e nas áreas de serviços, enquanto muita mão-de-obra poderia estar sendo exportada. Conforme destacou, a área de prestação de serviços é o que está alavancando a economia norte-americana, por exemplo, de modo que, segundo ele, poderia se promover, conjuntamente, o trabalho do empresariado local, de forma a atrair clientes de outras localidades. Disse que, com isso, estaria se cuidando do PIB da cidade. “Minha pergunta é: por que não divulgar isso de forma mais intensiva e atrair compradores, para que aqui deixem uma renda maior e nosso PIB seja maior?” – questionou, observando que no setor industrial a situação de ociosidade é mais calamitosa ainda pelo fato de muitas empresas trabalharem em um único turno. Para ele, se a meta de trabalho em dois turnos fosse atingida, estaria se aumentando o PIB sem aumentar o investimento. Sobre o IVA, apresentou um conceito sobre a sigla ao observar que, ao se comprar um produto por cem e vendê-lo por cento e cinquenta, essa diferença é o Indicador de Valor Agregado. “A quanto anda Bragança Paulista nessa faixa de agregar valores, ou seja, quanto ela está agregando de valor ao processo que ela transforma e vende?” – indagou, analisando que quanto menor esse valor maior mão-de-obra intensiva, menor lucro, maior necessidade de infra-estrutura, pior a cidade; quanto maior o valor, mais rica a cidade. Salientou que o IVA pode ser comparado ao de outros municípios, pode ser comparado a segmentos diferentes – e a comissão poderia, talvez, orientar a ação econômica do município.



1.2.1 RENDA PER CAPITA – MUNICÍPIO DE BRAGANÇA PAULISTA – ANO: 2000

RENDA PER CAPITA (em reais de 2000)
397,93

Fonte: SEADE

1.2.2 VALOR ADICIONADO FISCAL – MUNICÍPIO DE BRAGANÇA PAULISTA – ANO: 2000

VALOR ADICIONADO FISCAL	2000
Valor Adicionado Total (em reais de 2002)	764.985.872
Valor Adicionado da Indústria (em reais de 2000)	425.267.996
Valor Adicionado do Comércio (em reais de 2000)	79.551.526
Valor Adicionado da Agropecuária (em reais de 2000)	19.842.112
Valor Adicionado dos Serviços (em reais de 2000)	77.536.334
Valor Adicionado Outros (em reais de 2000)	8.497.516

Fonte: SEADE



1.3 ACIDENTES DE TRÂNSITO

QUADROS COMPARATIVOS DE 2001 ATÉ O 3º TRIMESTRE DE 2003

2001	1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	TOTAL
ATROPELAMENTOS:	58	41	50	41	190
ACIDENTES COM VÍTIMAS	120	115	110	128	473
HOMICÍDIO CULPOSO	7	11	8	4	30
TOTAL	185	167	168	173	693

2002	1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	TOTAL
ATROPELAMENTOS	46	45	29	35	155
ACIDENTES COM VÍTIMAS	98	111	136	133	476
HOMICÍDIO CULPOSO	5	1	3	7	16
TOTAL	149	157	168	175	649

2003	1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	TOTAL
ATROPELAMENTOS	18	34	30	82
ACIDENTES COM VÍTIMAS	128	121	147	396
HOMICÍDIO CULPOSO	4	10	5	19
TOTAL	150	165	182	497

Fonte: Delegacia Seccional de Polícia de Bragança Paulista



PARTE 2

DADOS

SOBRE

BRAGANÇA PAULISTA



2.1 PERFIL MUNICIPAL DE BRAGANÇA PAULISTA

Região Administrativa: Campinas
 Região de Governo: Bragança Paulista
 Aniversário: 15 de dezembro
 Santo Padroeiro: Nossa Senhora da Imaculada Conceição
 Prefeito: Jesus Adib Abi Chedid (PFL)
 Presidente da Câmara: Clóvis Amaral Garcia.

Fonte: SEADE

2.1.1 DEMOGRAFIA				
CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO	ANO	MUNICÍPIO	REGIÃO GOV.	ESTADO
População	2003	133.545	500.733	38.718.301
Taxa de urbanização (em %)	2003	90,21	82,65	93,63
Taxa geométrica cresc. anual da população – 2000/2003 (em % a a)	2003	2,29	2,12	1,55
Área (em km²)	2003	489	4.074	248.600

Fonte: SEADE

TAXAS	ANO	MUNICÍPIO	REGIÃO GOV.	ESTADO
Mortalidade infantil (por 1000 nascidos vivos)	2002	21,20	18,84	15,04
Taxa de mortalidade geral (por 1000 habitantes)	2002	7,03	6,97	6,21
Taxa de mortalidade por homicídio (por 100.000 habitantes)	2002	10,72	14,28	38,93

Fonte: SEADE

2.1.2 CONDIÇÕES DE VIDA						
IPRS – ÍNDICE PAULISTA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL (1)	MUNICÍPIO		REGIÃO GOV.		ESTADO	
	1997	2000	1997	2000	1997	2000
Riqueza	57	55	50	-	60	60
Longevidade	52	59	54	-	60	65
Escolaridade	66	82	61	-	71	87

Fonte: SEADE

IDHM – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL (2)	ANO	MUNICÍPIO	REGIÃO GOV.	ESTADO
	2000	0,820	-	0,814

Fonte: SEADE



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

2.1.3 FINANÇAS PÚBLICAS

ARRECADAÇÃO PER CAPITA DE:	ANO	MUNICÍPIO	REG. GOVERNO	ESTADO
ICMS (em reais de 2001)	2001	425,77	264,96	875,92
IPTU (em reais de 2001)	2001	100,22	-	-
ISS (em reais de 2001)	2001	23,57	-	-
Valor Adicionado total (em reais de 2002)	2002	688.808.645	1.987.059.984	309.497.504.387
Participação no Estado (em %)	2001	0,26280	0,65104	100.00000
Valor Adicionado per capita (em reais de 2002)	2002	5.276,08	4.052,55	8.118,25
Receita Municipal total per capita (em reais de 2001)	2001	596,74	-	-
Cota-parte ICMS per capita (em reais de 2001)	2001	166,37	-	-
Cota-parte do FPM per capita (em reais de 2001)	2001	72,08	-	-
Índice de Participação do ICMS (em %)	2004	0,25858131	-	-

Fonte: SEADE

2.1.4 TRABALHO E RENDA

ESTABELECIMENTOS CADASTRADOS NO MINISTÉRIO DO TRABALHO			
SETOR	ANO	ESTABELECIMENTOS	TRABALHADORES FORMAIS
Indústria	2001	485	6.991
Comércio	2001	984	4.632
Serviços	2001	755	9.520
Outros	2001	254	1.293
Total	2001	2.478	22.436

Fonte: SEADE

RENDIMENTOS (EM %)

Pessoas responsáveis pelos domicílios com rendimento	ANO	MUNICÍPIO	REG. GOV.	ESTADO
até ½ salário mínimo	2000	0,27	0,33	0,37
entre mais de ½ a 1 salário mínimo	2000	11,02	12,55	9,31
entre mais de 1 a 2 salários mínimos	2000	16,44	18,67	14,76
entre mais de 2 a 3 salários mínimos	2000	14,85	15,04	13,58
entre mais de 3 a 5 salários mínimos	2000	19,70	19,19	18,98
entre mais de 5 a 10 salários mínimos	2000	18,46	17,29	19,77
maior que 10 salários mínimos.	2000	13,20	11,50	14,30
sem rendimento	2000	6,06	5,44	8,94
Rendimento médio das pessoas responsáveis pelos domicílios (em reais de julho de 2000)	2000	977,70	891,77	1.076,21

Fonte: SEADE



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

2.1.5 SAÚDE E SANEAMENTO

RECURSOS FÍSICOS	ANO	MUNICÍPIO	REG. GOV.	ESTADO
Leitos SUS	2000	211	902	77.500
Leitos SUS (coeficiente por 1000 habitantes)	2000	1,69	1,92	2,10

Fonte: SEADE

SANEAMENTO	ANO	MUNICÍPIO	REG. GOV.	ESTADO
Abastecimento de água – nível de atendimento (em %)	2000	94,58	85,69	97,38
Esgoto sanitário – nível de atendimento (em %)	2000	84,54	75,05	85,72
Coleta de lixo – nível de atendimento (em %)	2000	99,00	96,26	98,90

Fonte: SEADE

2.1.6 EDUCAÇÃO

INSTRUÇÃO DA POPULAÇÃO	ANO	MUNICÍPIO	REG. GOV.	ESTADO
Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais (em %)	2000	7,79	9,03	6,64

Fonte: SEADE

MATRÍCULA INICIAL NA PRÉ-ESCOLA	ANO	MUNICÍPIO	REG. GOV.	ESTADO
Rede estadual	2003	-	-	143
Rede municipal	2003	5.032	16.860	1.073.281
Rede particular	2003	1.033	3.118	252.298
Total	2003	6.065	19.978	1.325.949

NOTA: No total, estão incluídas 194 matrículas da Rede Federal no Município de São Paulo e 33 no Município de Guaratinguetá, totalizando no Estado de São Paulo 227 matrículas na Rede Federal.

Fonte: SEADE

MATRÍCULA INICIAL NO ENS. FUNDAMENTAL	ANO	MUNICÍPIO	REG. GOV.	ESTADO
Rede estadual	2003	8.279	38.985	3.108.410
Rede municipal	2003	8.045	25.789	2.012.287
Rede particular	2003	4.445	10.471	777.712
Total	2003	20.769	75.245	5.898.603

NOTA: No total, estão incluídas 194 matrículas da Rede Federal de 1ª a 4ª série no Estado e no Município de São Paulo.

Fonte: SEADE

MATRÍCULA INICIAL NO ENSINO MÉDIO	ANO	MUNICÍPIO	REG. GOV.	ESTADO
Rede pública	2003	5.040	20.418	1.828.333
Rede particular	2003	1.151	3.111	272.490
Total	2003	6.191	23.529	2.100.823

Fonte: SEADE

MATRÍCULA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR	ANO	MUNICÍPIO	REG. GOV.	ESTADO
Rede federal	2002	-	-	8.102
Rede estadual	2002	-	-	92.029
Rede municipal	2002	-	-	53.301
Rede particular	2002	1.366	3.304	550.191
Rede comunitária/confessional/filantrópica	2002	6.211	6.211	285.073
Total	2002	7.577	9.515	988.696

Fonte: SEADE



NOTAS:

(1) IPRS – ÍNDICE PAULISTA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

Definição:

O Índice Paulista de Responsabilidade Social foi obtido a partir de indicadores sintéticos de riqueza, longevidade e escolaridade, calculados para subsidiar os trabalhos do Fórum São Paulo Século XXI, instituído pela Assembléia Legislativa de São Paulo. A metodologia completa pode ser encontrada em www.al.sp.gov.br/index11.htm.

Os indicadores sintéticos de riqueza, longevidade e escolaridade foram obtidos por meio da análise fatorial (*factor analysis*), técnica estatística de análise multivariada que se aplica à identificação de fatores que apontem objetivamente para a agregação de um conjunto de medidas.

Para referência, o resultado obtido para o indicador de escolaridade distribui-se em 3 categorias:

Escore até 59 – Baixa escolaridade

Escore de 60 a 69 – Média escolaridade

Escore de 70 e mais – Alta escolaridade

Outras informações podem ser encontradas em: www.scade.gov.br/perfil/index.html

(2) IDHM – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL

Definição:

Posição ocupada pelo município em relação aos outros municípios do Estado de São Paulo no que se refere ao desenvolvimento humano. O município classificado como número 1 é o de melhor desempenho. Quanto mais elevada a posição no ranking pior é o índice de desenvolvimento humano na localidade.

Indicador que focaliza o município como unidade de análise, a partir das dimensões de longevidade, educação e renda, que participam com pesos iguais na sua determinação, segundo a fórmula:

$$\text{IDHM} = \frac{\text{Índice de longevidade} + \text{Índice de educação} + \text{Índice de renda}}{3}$$

Em relação à Longevidade, o índice utiliza a esperança de vida ao nascer (número médio de anos que as pessoas viveriam a partir do nascimento). No aspecto Educação, considera o número médio dos anos de estudo (razão entre o número médio de anos de estudo da população de 25 anos e mais, sobre o total das pessoas de 25 anos e mais) e a taxa de analfabetismo (percentual das pessoas com 15 anos e mais, incapazes de ler ou escrever um bilhete simples). Em relação à Renda, considera a renda familiar per capita (razão entre a soma da renda pessoal de todos os familiares e o número total de indivíduos na unidade familiar).

Todos os indicadores são obtidos a partir do Censo Demográfico do IBGE.

O IDHM se situa entre 0 (zero) e 1(um), os valores mais altos indicando níveis superiores de desenvolvimento humano. Para referência, segundo classificação do PNUD, os valores distribuem-se em 3 categorias:

- a. Baixo desenvolvimento humano, quando o IDHM for menor que 0,500;
- b. Médio desenvolvimento humano, para valores entre 0,500 e 0,800;
- c. Alto desenvolvimento humano, quando o índice for superior a 0,800.

(IDHM: Ver também item 2.5.1 deste relatório).



2.2 - AGROPECUÁRIA

2.2.1 CRÉDITO RURAL – 2000

AGROPECUÁRIA	2000
Crédito Rural (em reais de 2000)	3.695.963
Crédito Rural Agricultura (em reais de 2000)	2.515.383
Crédito Rural Pecuária (em reais de 2000)	1.180.580

Fonte: SEADE

2.3 - EDUCAÇÃO

2.3.1 MATRÍCULA INICIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL – REDES PÚBLICA E PARTICULAR

ANO	REDE MUNICIPAL	REDE PARTICULAR	TOTAL
2002	5.931	1.163	7.094

Fonte: SEADE

2.3.2 MATRÍCULA INICIAL NA PRÉ-ESCOLA – REDES PÚBLICA E PARTICULAR

ANO	REDE MUNICIPAL	REDE PARTICULAR	TOTAL
2002	4.708	1.010	5.718

Fonte: SEADE

2.3.3 MATRÍCULA INICIAL NA CRECHE – REDES PÚBLICA E PARTICULAR

ANO	REDE MUNICIPAL	REDE PARTICULAR	TOTAL
2002	1.223	153	1.376

Fonte: SEADE

2.3.4 MATRÍCULA INICIAL NO ENSINO FUNDAMENTAL – REDES PÚBLICA E PARTICULAR

ANO	REDE ESTADUAL	REDE MUNICIPAL	REDE PARTICULAR	TOTAL
2002	8.421	8.140	4.462	21.023

Fonte: SEADE



2.3.5 MATRÍCULA INICIAL NO ENSINO FUNDAMENTAL (1ª A 4ª SÉRIES) – REDES PÚBLICA E PARTICULAR

ANO	REDE ESTADUAL	REDE MUNICIPAL	REDE PARTICULAR	TOTAL
2002	1.118	8.140	2.172	11.430

Fonte: SEADE

2.3.6 MATRÍCULA INICIAL NO ENSINO FUNDAMENTAL (5ª A 8ª SÉRIES) – REDES PÚBLICA E PARTICULAR

ANO	REDE ESTADUAL	REDE MUNICIPAL	REDE PARTICULAR	TOTAL
2002	7.303	-	2.290	9.593

Fonte: SEADE

2.3.7 MATRÍCULA INICIAL NO ENSINO MÉDIO – REDES PÚBLICA E PARTICULAR

ANO	REDE ESTADUAL	REDE MUNICIPAL	REDE PARTICULAR	TOTAL
2002	5.004	-	1.124	6.128

Fonte: SEADE

2.3.8 TAXA DE REPROVAÇÃO (EM %) NO ENSINO FUNDAMENTAL - REDES PÚBLICA E PARTICULAR

ANO	REDE ESTADUAL	REDE MUNICIPAL	REDE PARTICULAR	TOTAL
2000	5,75	14,86	1,49	7,62

Fonte: SEADE

2.3.9 TAXA DE REPROVAÇÃO (EM %) NO ENSINO MÉDIO - REDES PÚBLICA E PARTICULAR

ANO	REDE ESTADUAL	REDE MUNICIPAL	REDE PARTICULAR	TOTAL
2000	15,77	-	3,56	12,76

Fonte: SEADE

2.3.10 TAXA DE EVASÃO ESCOLAR (EM %) – REDES PÚBLICA E PARTICULAR
ANO: 2000

REDES	ENSINO FUNDAMENTAL	ENSINO MÉDIO
Pública	3,99	6,07
Particular	0,02	2,53

Fonte: SEADE



2.3.11 TAXA DE ANALFABETISMO E DE FREQUÊNCIA ESCOLAR – ANO: 2000

TAXA DE ANALFABETISMO (15 anos e mais)	TAXA BRUTA DE FREQUÊNCIA ESCOLAR
7,79	0,817

Fonte: SEADE

2.3.12 MATRÍCULA E CONCLUINTES EM EDUCAÇÃO SUPERIOR – REDES PARTICULAR E COMUNITÁRIA

Educação	2001	2002
Matrícula na Educação Superior – Total	7.817	7.577
Matrícula da Educação Superior – Rede Federal	-	-
Matrícula da Educação Superior – Rede Estadual	-	-
Matrícula da Educação Superior – Rede Municipal	-	-
Matrícula da Educação Superior – Rede Particular	1.201	1.366
Matrícula da Educação Superior – Rede Comunitária/Confessional/Filantrópica	6.616	6.211
Concluintes da Educação Superior – Total	1.505	1.644
Concluintes da Educação Superior – Rede Federal	-	-
Concluintes da Educação Superior – Rede Estadual	-	-
Concluintes da Educação Superior – Rede Municipal	-	-
Concluintes da Educação Superior – Rede Particular	133	240
Concluintes da Educação Superior – Rede Comunitária/Confessional/Filantrópica	1.372	1.404
Concluintes da Educação Superior - Área de Agricultura e Veterinária	-	-
Concluintes da Educação Superior - Área de Ciências Sociais, Negócios e Direito	585	579
Concluintes da Educação Superior - Área de Ciências, Matemática e Computação	82	79
Concluintes da Educação Superior - Área de Educação	195	201
Concluintes da Educação Superior - Área de Engenharia, Construção e Produção	-	-
Concluintes da Educação Superior - Área de Humanidade e Artes	-	-
Concluintes da Educação Superior - Área de Saúde e Bem-Estar Social	485	484
Concluintes da Educação Superior - Área de Serviços	158	301
Matrícula da Educação Superior – Área de Agricultura e Veterinária	139	184
Matrícula da Educação Superior – Área de Ciências Sociais, Negócios e Direito	3.349	2.855
Matrícula da Educação Superior – Área de Ciências, Matemática e Computação	364	308
Matrícula da Educação Superior – Área de Educação	1.042	1.116
Matrícula da Educação Superior – Área de Engenharia, Construção e Produção	-	-
Matrícula da Educação Superior – Área de Humanidade e Artes	-	-
Matrícula da Educação Superior – Área de Saúde e Bem-Estar Social	2.178	1.954
Matrícula da Educação Superior – Área de Serviços	745	1.160

Fonte: SEADE.

**2.4 – EMPREGO E RENDA****2.4.1 DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS OCUPADAS - 2002**

Total de Pessoas Ocupadas em Bragança Paulista	52.155
Empregados	36.932
Empregados com Carteira de Trabalho	24.328
Militares e Funcionários Públicos Estatutários	1.494
Outros sem Carteira de Trabalho	11.110
Empregadores	1.984
Trabalhadores por Conta Própria	12.531
Não Remunerados em Ajuda a Membros do Domicílio	667
Trabalhadores na Produção para o Próprio Consumo	42

FONTE: Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho do Estado de São Paulo (SERT/SP)

2.4.2 MOVIMENTAÇÃO DO EMPREGO FORMAL POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA – ANO: 2002

SETOR DE ATIVIDADE	ADMITIDOS	DESLIGADOS	SALDO (Adm-desl)	VARIAÇÃO % (saldo/nºempr)
Extrativa mineral	26	24	2	1,3
Indústria de transformação	1.905	2.098	-193	-2,6
Serviços industriais de utilidade pública	73	50	23	4,7
Construção civil	396	384	12	1,9
Comércio	2.653	2.424	229	5,0
Serviços	4.085	4.191	-106	-1,5
Administração pública	586	171	415	21,6
Agropecuária	273	288	-15	-1,4
TOTAL	9.997	9.630	367	1,6

FONTE: Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho do Estado de São Paulo (SERT/SP)

2.4.3 RENDA PER CAPITA – ANO: 2000

RENDA PER CAPITA (em reais de 2000) DE BRAGANÇA PAULISTA
397,93

Fonte: SEADE



2.4.4 VOLUME DE CAPTAÇÃO DA POUPANÇA - 2002

MÊS/ANO	EM REAIS (R\$)	TAXA DE CÂMBIO (*)	EM DÓLAR (US\$)
Janeiro de 2002	137.594.364	2,4183	56.897.144
Fevereiro de 2002	137.070.318	2,3482	58.372.506
Março de 2002	140.315.081	2,3236	60.386.934
Abril de 2002	139.291.770	2,3625	58.959.479
Mai de 2002	140.497.421	2,5220	55.708.732
Junho de 2002	146.535.371	2,8444	51.517.146
Julho de 2002	150.421.374	3,4285	43.873.815
Agosto de 2002	152.661.215	3,0223	50.511.602
Setembro de 2002	155.297.589	3,8949	39.872.035
Outubro de 2002	156.531.293	3,6450	42.944.113
Novembro de 2002	156.751.747	3,6365	43.105.114
Dezembro de 2002	117.471.618	3,5333	33.246.998

(*) Cotações para contabilidade do último dia do mês, para venda.

Fonte: Banco Central do Brasil

2.4.5 PESQUISA DO PERFIL DA MÃO-DE-OBRA - 2002

A EQUIPE Consultoria realizou pesquisa com os profissionais disponíveis no mercado em Bragança Paulista. Durante o ano de 2002, foram entrevistadas 2159 pessoas:

IDADE	SEXO	ESCOLARIDADE	TEMPO DISPONÍVEL	QUALIFICAÇÃO
18 a 25 anos: 51%	Feminino: 51%	1º grau: 21%	Menos de 6 meses: 65%:	Qualificados: 2%
26 a 40 anos: 35%	Masculino: 49%	2º grau: 61%	Mais de 6 meses: 28%	Parcialmente qualificados: 61%
Acima 41 anos: 12%		Nível técnico: 6%	Sem experiência prof.: 6%	Não qualificados: 37%
-	-	Superior: 16%	-	-

Fonte: EQUIPE Consultoria

Análise feita pela EQUIPE Consultoria:

- O nível de escolaridade das pessoas disponíveis no mercado tem melhorado: em 2001, 46% possuíam o 2º grau; esse percentual aumentou para 65% em 2002.
- Atualmente, as mulheres tem buscado oportunidades de trabalho num índice maior que o dos homens. As mulheres também estão investindo mais na carreira profissional do que os homens.



- O principal motivo das demissões: na busca de competitividade, as empresas estão:
 - reavaliando os seus funcionários e substituindo-os por profissionais mais qualificados;
 - revendo determinados valores, tais como estabilidade, credibilidade, ética e postura profissional;
 - dando maior relevância as aspectos pessoais do que aos técnicos.
- Aumentou o número de pessoas desempregadas nos últimos 6 meses: em 2001, 55% das pessoas estavam disponíveis a menos de 6 meses; em 2002, esse percentual subiu para 65%.
- Mudança constante de função: 89% das pessoas não têm uma área de atuação definida.
- Principais dificuldades encontradas pelas pessoas:
 - expectativa de remuneração não condizente com a qualificação, ou qualidade profissional a oferecer;
 - ausência de planejamento de carreira e investimento na área profissional;
 - tentam “qualquer coisa”; não habilitadas; fora de perfil e talento para o desempenho da função.
- Principais dificuldades encontradas pelas empresas:
 - falta preparo para identificar os profissionais mais aptos a atender a suas necessidades;
 - número de pessoas disponíveis e sem qualificação dificulta a seleção;
 - falta “cultura de qualidade” para os profissionais.
- Conseqüências para os profissionais/pessoas:
 - sentem-se frustrados, desmotivados e incapacitados para o trabalho;
 - a instabilidade – pouco tempo na empresa/função – dificulta a aprendizagem, o desenvolvimento profissional;
 - aumento da concorrência no processo seletivo.
- Conseqüências para as empresas:.
 - a empresa investe num profissional que não tem vocação/perfil para a função;
 - o profissional que não sabe o que quer, ou está desorientado, se desmotiva facilmente, causando baixa produtividade e desmotivando os outros profissionais da empresa;
 - alto nível de rotatividade de pessoal, o que gera custo.



2.5 CONDIÇÕES DE VIDA

2.5.1 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL – 1991/2000

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO	1991	2000	VARIAÇÃO PERCENTUAL (1991 a 2000)
IDHM	0,763	0,820	7,47%
IDHM Longevidade (Saúde)	0,741	0,801	8,08%
IDHM Educação	0,808	0,887	9,82%
IDHM Renda	0,740	0,772	4,30%

FONTE: Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho do Estado de São Paulo (SERT/SP)

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é um indicador utilizado para medir o grau de desenvolvimento humano para os municípios e é calculado a partir de indicadores de educação (taxa de alfabetização e de frequência à escola), longevidade (esperança de vida ao nascer) e renda (renda per capita). A escala varia de 0 (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (desenvolvimento humano total). Segundo o critério adotado internacionalmente, municípios com IDHM menor que 0,499 têm desenvolvimento humano considerado baixo; municípios com índices entre 0,500 e 0,799 são considerados de médio desenvolvimento humano, enquanto que os municípios com IDHM maior que 0,800 têm desenvolvimento humano alto.

No ano de 2000, o IDH do Estado de São Paulo foi de 0,814, considerado o segundo melhor índice entre os estados, perdendo apenas para o Distrito Federal. Com relação ao município de Bragança Paulista, o Índice atingiu 0,820, colocando-o em 61º lugar dentre os demais 644 municípios do estado, ganhando 16 posições no ranking, comparado com o ano de 1991, quando ficou colocado em 77º.

A tabela acima permite identificar qual dos componentes do Índice teve maior parcela de responsabilidade sobre a variação (positiva ou negativa) do IDHM de Bragança Paulista, oferecendo-lhe elementos para priorização de políticas públicas visando a melhoria das condições de vida de seus cidadãos.



2.6 – SAÚDE

2.6.1 PROCEDIMENTOS REALIZADOS NAS UNIDADES DE SAÚDE

UNIDADE	Nº DE PROCEDIMENTOS	
	2º SEMESTRE DE 2002	1º TRIMESTRE DE 2003
Ambulatório de Especialidades	17.888	7.700
Centro de Saúde I	54.213	19.143
Consultório Médico-Odontológico Água Comprida	1.451	600
Cons. Médico-Odontológico Arara dos Mori	1.854	708
Cons. Médico-Odontológico Biriçá do Valado	2.060	876
Cons. Médico-Odontológico Mãe dos Homens	1.337	533
Cons. Médico-Odontológico Morro Gde. Boa Vista	1.941	682
Programa Agente Comunitário Águas Claras	4.614	1.786
Programa Saúde da Família Casa de Jesus	4.974	2.030
Prog. Saúde da Família Jardim da Fraternidade	7.226	2.666
Programa Saúde da Família Cidade Jardim	4.222	2.370
Programa Saúde da Família Jd. São Miguel	3.612	1.893
Unidade Básica de Saúde Nilda Colli	4.759	3.345
Unidade Básica de Saúde Parque dos Estados	10.014	4.014
Unidade Básica de Saúde Dr. Pedro Megale	6.462	2.524
Unidade Básica de Saúde Santa Luzia	5.981	2.319
Unidade Básica de Saúde São Vicente	5.952	2.505
Unidade Básica de Saúde Toró	4.591	2.498
Unidade Básica de Saúde Vila Aparecida	6.732	2.565
Hospital Bom Jesus	108.238	46.185

Fonte: Secretaria de Saúde do Município de Bragança Paulista



2.6.2 PROCEDIMENTOS REALIZADOS NO HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS – 2º SEMESTRE DE 2002 E 1º TRIMESTRE DE 2003

DESCRIÇÃO	Nº DE PROCEDIMENTOS	
	2º SEMESTRE DE 2002	1º TRIMESTRE DE 2003
Ações executadas por profissionais de enfermagem	34.929	15.414
Ações médias básicas	49.815	23.662
Ações básicas em odontologia	1.096	785
Ações de outros profissionais de nível superior	0	0
Procedimentos especializados realizados por médicos	5.294	2.473
Cirurgias ambulatoriais especializadas	300	163
Ações especializadas em odontologia	4	5
Radiodiagnóstico	6.740	2.598
Exames Ultra-sonográficos	3.778	3.145
Diagnose	274	183
Fisioterapia (por sessão)	6.008	2.500

Fonte: Secretaria de Saúde do Município de Bragança Paulista

2.6.3 PROCEDIMENTOS REALIZADOS NO CENTRO DE SAÚDE “DR. LOURENÇO QUILICCI” – 2º SEMESTRE DE 2002 E 1º TRIMESTRE DE 2003

DESCRIÇÃO	Nº DE PROCEDIMENTOS	
	2º SEMESTRE DE 2002	1º TRIMESTRE DE 2003
Ações executadas por profissionais de enfermagem	29.295	12.012
Ações médias básicas	7.714	2.897
Ações básicas em odontologia	1.309	281
Ações executadas por outros profissionais de nível superior	314	24
Procedimentos especializados realizados por médicos	5.786	1.609
Cirurgias ambulatoriais especializadas	27	12
Ações especializadas em odontologia	20	2
Diagnose	1.334	535
Fisioterapia (por sessão)	8.414	1.771

Fonte: Secretaria de Saúde do Município de Bragança Paulista



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

2.6.4 ATENDIMENTOS REALIZADOS NA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA – 2º SEMESTRE DE 2002

SERVIÇOS	SUS	CONVÊNIO	PARTIC.	C/DESC.	GRAT.	SEG. OBRIGAT.	TOTAL
Ambulatório Espec.	765	3.537	457	0	0	0	4.759
Anátomo patológico	180	147	35	0	0	0	362
Angiocor	256	79	18	0	0	0	353
Banco sangue	794	235	6	0	0	0	1.035
Centro cirúrgico	563	434	90	0	0	0	1.087
Cirurgia cardíaca	0	1	0	0	0	0	1
Densitometria	0	192	5	7	1	0	205
Ecodoplercardiogr.	0	77	120	0	22	0	219
Eletrocardiograma	655	367	14	0	0	0	1.036
Endoscopia	19	396	170	0	6	0	591
Hemodiálise	16.510	0	0	0	0	0	16.510
Holter digital	0	0	1	0	3	0	4
Laboratório	148.776	58.507	1.767	0	0	0	209.050
Litotripsia	125	109	18	0	0	0	252
Mamografia	0	459	51	32	5	0	547
Mapeamento	0	0	0	0	0	0	0
Ortopedia	0	0	0	0	0	0	0
Observação	0	0	0	0	0	0	0
Pronto-socorro	36.005	9.783	1.025	0	0	0	46.813
Pronto-clínica	0	0	0	0	0	0	0
Radiologia	10.702	4.083	430	0	0	10	15.225
Tomografia	0	912	131	63	54	0	1.160
Ultra-som	0	1.721	354	185	27	0	2.287
UTI	37	55	7	0	0	0	99
Internações	1.958	867	121	0	0	0	2.946
TOTAL	217345	81.961	4.820	287	118	10	304.541
%	71,37	26,91	1,58	0,09	0,039	0,003	100

Fonte: Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos da Santa Casa de Misericórdia de Bragança Paulista.



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

2.6.5 ATENDIMENTOS REALIZADOS NA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA – 1º SEMESTRE DE 2003

SERVIÇOS	SUS	CONVÊNIO	PARTIC.	C/DESC.	GRAT.	SEG. OBRIGAT.	TOTAL
Ambulatório Espec.	876	3.605	532	0	0	0	5.913
Anátomo patológico	200	140	31	0	0	0	371
Angiocor	180	98	33	0	0	0	311
Banco sangue	729	275	79	0	0	0	1.083
Centro cirúrgico	563	399	89	0	0	0	1.051
Cirurgia cardíaca	0	9	4	0	0	0	13
Densitometria	0	166	2	11	0	0	179
Ecodoplercardiogr.	0	118	107	0	45	0	270
Eletrocardiograma	814	402	23	0	0	0	1.239
Endoscopia	15	426	149	0	3	0	593
Hemodiálise	16.800	0	0	0	0	0	16.800
Holter digital	0	0	0	0	0	0	0
Laboratório	182.127	53.092	3.001	0	0	0	238.220
Litotripsia	148	137	12	0	0	0	297
Mamografia	0	484	34	40	1	0	559
Mapeamento	0	0	0	0	0	0	0
Ortopedia	785	156	7	0	0	0	948
Observação	320	0	0	0	0	0	320
Pronto-socorro	47.370	7.073	595	0	0	0	55.038
Pronto-clínica	0	0	0	0	0	0	0
Radiologia	12.507	4.414	607	0	0	0	17.528
Tomografia	0	739	121	104	40	0	1.004
Ultra-som	0	1.940	319	195	42	0	2.496
UTI	39	54	7	0	0	0	100
Internações	2.192	897	115	0	0	0	3.204
TOTAL	265.665	74.624	5.867	350	131	0	346.637
%	76,64	21,53	1,69	0,10	0,038	0	100

Fonte: Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos da Santa Casa de Misericórdia de Bragança Paulista.



2.6.6 DISTRIBUIÇÃO DOS LEITOS – SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE BRAGANÇA PAULISTA

P.S. – OBSERVAÇÃO	
QUARTOS	LEITOS
200	Consultório
201	Consultório
202	2
204	2
205	2
207	6
ISOLAMENTO	1
TOTAL	13

CLÍNICA MISTA	
QUARTOS	LEITOS
300	1
301	2
302	Roupeiro(*)
303	2
304	5
305	2
306	6
307	2
309	5
311	6
ISOLAMENTO	1
TOTAL	31

(*) Leitos não computados para oferta total de leitos.

PENSIONISTA	
QUARTOS	LEITOS
D.P.I. 402	3
403	2
D.P.I. 404	2
405	2
406	2
407	2
408	2
409	2
410	2
411	2
412	1
413	2
414	1
415	2
417	2
Pré-parto	4(*)
TOTAL	29

(*) Leitos não computados para oferta total de leitos.

Fonte: Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos da Santa Casa de Misericórdia de Bragança Paulista.

U.T.I.	
QUARTOS	LEITOS
400	2
401	7
TOTAL	9

PEDIATRIA	
QUARTOS	LEITOS
422	2
423	3
424	2
P-isolamento	1
TOTAL	8

BERÇÁRIO PATOLÓGICO	
QUARTOS	LEITOS
Fitoterapias	3
Berços aquecidos simples	2
Encubadoras	4
Berços aquecidos c/monitor	2
TOTAL	11

APARTAMENTO	
QUARTOS	LEITOS
351	1
352	1
353	1
354	1
355	1
356	1
357	1
358	1
359	1
360	2
361	1
362	2
363	1
364	1
365	2
366	2
367	2
368	2
369	2
TOTAL	26



2.6.7 LEITOS E INTERNAÇÕES – UNIMED DE BRAGANÇA PAULISTA – 2º SEMESTRE DE 2002 E 1º SEMESTRE DE 2003

NÚMERO DE LEITOS UNIMED: 17

INTERNAÇÕES					
Julho/2002	Agosto/2002	Setembro/2002	Outubro/2002	Novembro/2002	Dezembro/2002
184	175	127	131	118	116
TOTAL DE INTERNAÇÕES (2º SEMESTRE DE 2002): 851					
Janeiro/2003	Fevereiro/2003	Março/2003	Abril/2003	Mai/2003	Junho/2003
115	136	155	124	176	153
TOTAL DE INTERNAÇÕES (1º SEMESTRE DE 2003): 859					

Fonte: UNIMED de Bragança Paulista.



PARTE 3

COLABORADORES



Relação de instituições públicas e privadas que, de uma forma ou de outra, contribuíram para a edição deste relatório:

- ❖ Delegacia Regional do CIESP de Bragança Paulista
- ❖ Cooperativa Agropecuária da Região Bragantina
- ❖ 34º Batalhão da Polícia Militar do Estado de São Paulo
- ❖ CONDEPHAC – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Bragança Paulista
- ❖ Associação Profissional dos Contabilistas de Bragança Paulista
- ❖ SAMÁ – Serviço Assistencial Médico-Alimentar
- ❖ Conselho das Sociedades Amigos de Bairros
- ❖ Sindicato dos Bancários de Bragança Paulista e Região
- ❖ Partido Progressista (PP)
- ❖ Partido Social Cristão (PSC)
- ❖ Partido Geral dos Trabalhadores (PGT)
- ❖ Esporte Clube Vila Maria;
- ❖ Sabesp – Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo/Divisão local
- ❖ Igreja Comunidade da Graça
- ❖ Igreja Assembléia de Deus (Vila Aparecida)
- ❖ Universidade São Francisco – Câmpus de Bragança Paulista
- ❖ Igreja do Evangelho Quadrangular
- ❖ APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Bragança Paulista
- ❖ CATI/Regional de Bragança Paulista
- ❖ Prefeitura Municipal de Bragança Paulista
- ❖ ~~Empresa Equipe Consultoria~~
- ❖ Movimento Pró-Valorização do Idoso
- ❖ FESB - Fundação Municipal de Ensino Superior de Bragança Paulista
- ❖ Igreja Tabernáculo de Jesus
- ❖ Banco Central do Brasil
- ❖ SEADE - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
- ❖ Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho do Estado de São Paulo (SERT/SP)
- ❖ Delegacia Seccional de Polícia de Bragança Paulista
- ❖ Equipe Consultoria
- ❖ Secretaria de Saúde do Município de Bragança Paulista
- ❖ *Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos da Santa Casa de Misericórdia de Bragança Paulista*
- ❖ UNIMED de Bragança Paulista



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

MESA DIRETORA – BIÊNIO 2002-2004

CLÓVIS AMARAL GARCIA - *Presidente*
MIGUEL FRANCISCO LOPES – 1º *Vice-Presidente*
JOÃO CARLOS DOS SANTOS CARVALHO – 2º *Vice-Presidente*
JULIANA RASCOVETZKI SACILOTO - *Primeira Secretária*
FABIANA ALESSANDRI - *Segunda Secretária*

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIOECONÔMICOS – Gestão 2003

PROF. RÉGIS - *Presidente*
DR. GENTIL - *Vice-Presidente*
FABIANA ALESSANDRI - *Membro*
LUIZ SPERENDIO - *Membro*
NICOLA CORTEZ - *Membro*

COMISSÃO DE JUSTIÇA, REDAÇÃO, DEFESA DO MEIO AMBIENTE E DO CONSUMIDOR Gestão 2003

JULIANA RASCOVETZKI SACILOTO - *Presidente*
GISLENE CRISTIANE BUENO (GI) - *Vice-Presidente*
LUIZ SILVA - *Membro*
MARCUS VINÍCIUS VALLE JÚNIOR - *Membro*
TONINHO MONTEIRO - *Membro*

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO, OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS E DESENVOLVIMENTO URBANO - Gestão 2003

MIGUEL LOPES - *Presidente*
RONALDO TEIXEIRA - *Vice-Presidente*
BENEDITO APARECIDO DE CARVALHO (DITO DO ÔNIBUS) - *Membro*
JOÃO AFONSO SÓLIS (JANGO) - *Membro*
PROFESSOR ORIVALDO - *Membro*

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, ESPORTE, SAÚDE, SANEAMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL Gestão 2003

DR. JOÃO - *Presidente*
JOÃO CARLOS DOS SANTOS CARVALHO - *Vice-Presidente*
GISLENE CRISTIANE BUENO (GI) - *Membro*
MIGUEL LOPES - *Membro*
RENATO FRANGINI - *Membro*